



POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE DA EJA NO BRASIL: LIMITES E PERSPECTIVAS ATUAIS

Janio roddrigues dos santos saboia

RESUMO

Este artigo propõe uma análise crítica das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com ênfase na identificação de seus limites estruturais e nas possibilidades de fortalecimento dessa modalidade no cenário educacional atual. A EJA, enquanto direito garantido pela legislação educacional brasileira, especialmente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e pelas metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), ocupa papel de destaque na promoção da equidade, da inclusão social e da democratização do acesso à educação. No entanto, sua efetivação ainda se apresenta marcada por fragilidades históricas e desafios persistentes.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentando-se em referenciais teóricos críticos, com destaque para as contribuições de Paulo Freire, Miguel Arroyo e Moacir Gadotti, cujas obras enfatizam a educação como prática emancipadora, vinculada à realidade social dos sujeitos. Além disso, são analisados documentos normativos e orientadores das políticas educacionais brasileiras, como a LDB e o PNE, bem como diretrizes e programas voltados à EJA, buscando compreender a distância entre o previsto legalmente e o efetivamente implementado.

Os resultados evidenciam que, apesar dos avanços no campo normativo, a EJA ainda enfrenta sérias limitações no âmbito das políticas públicas, destacando-se a insuficiência de financiamento, a descontinuidade de programas governamentais e a baixa prioridade atribuída a essa modalidade nas agendas educacionais. Soma-se a isso a constante queda nas matrículas, associada a fatores como vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, incompatibilidade entre

estudo e trabalho e ausência de políticas eficazes de permanência.

Outro aspecto crítico identificado refere-se à fragilidade na articulação entre a EJA e a educação profissional, o que compromete o potencial dessa modalidade em promover não apenas a escolarização, mas também a inserção qualificada no mundo do trabalho. Tal desarticulação revela a necessidade de políticas integradas que considerem a formação integral dos sujeitos



conforme preconizado pelas diretrizes educacionais vigentes. Ademais, a formação de professores para atuação na EJA mostra-se ainda insuficiente, tanto no que se refere à formação inicial quanto à continuada, impactando diretamente a qualidade das práticas pedagógicas desenvolvidas.

Diante desse cenário, conclui-se que o fortalecimento da EJA exige sua consolidação como política de Estado, e não apenas como ação pontual de governos, demandando investimentos consistentes, continuidade administrativa e maior articulação intersetorial. Torna-se imprescindível garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar dos estudantes, por meio de políticas públicas que assegurem condições materiais, pedagógicas e sociais adequadas. Assim, a EJA poderá cumprir efetivamente seu papel na promoção da justiça social, da cidadania e da redução das desigualdades educacionais no Brasil.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma importante política educacional voltada à inclusão social, garantindo o direito à educação àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade regular. No Brasil, apesar dos avanços legais, essa modalidade ainda enfrenta inúmeros desafios relacionados à qualidade do ensino, à permanência dos estudantes e à efetividade das políticas públicas implementadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve ser compreendida à luz de uma perspectiva crítica, emancipadora e inclusiva, conforme defendido por Paulo Freire, que concebe a educação como prática de liberdade e instrumento de transformação social. Nessa abordagem, o processo educativo ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, configurando-se como um espaço dialógico, no qual educador e educando constroem conhecimentos a partir da realidade vivida. Assim, a EJA exige uma pedagogia que valorize a experiência, a cultura e os saberes acumulados pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias de vida.



De acordo com essa perspectiva, os estudantes da EJA não podem ser vistos como sujeitos “defasados”, mas como indivíduos portadores de conhecimentos construídos em contextos sociais, culturais e profissionais diversos. Nesse sentido, Miguel Arroyo enfatiza que a EJA deve reconhecer os educandos como sujeitos históricos de direitos, cuja exclusão escolar está diretamente relacionada às desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Tal compreensão implica a necessidade de práticas pedagógicas contextualizadas, que dialoguem com as vivências e necessidades concretas desses sujeitos.

Além disso, Moacir Gadotti destaca que a educação de jovens e adultos deve estar vinculada a um projeto de sociedade mais justa, democrática e igualitária, sendo fundamental sua articulação com políticas públicas de inclusão social, trabalho e cidadania. Nesse contexto, a qualidade da EJA não pode ser analisada apenas sob indicadores quantitativos, mas deve considerar sua capacidade de promover autonomia, pensamento crítico e participação social.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre EJA e mundo do trabalho. Historicamente, essa modalidade tem sido marcada por propostas compensatórias, muitas vezes desvinculadas da formação profissional e das demandas contemporâneas do mercado. Tal desconexão contribui para a baixa atratividade da EJA e para a dificuldade de permanência dos estudantes. Assim, torna-se essencial pensar a EJA de forma integrada à educação profissional, conforme previsto nas diretrizes educacionais brasileiras, possibilitando ao educando não apenas a escolarização, mas também melhores condições de inserção social e econômica.

Ademais, a formação de professores para atuação na EJA constitui um dos principais desafios para a efetivação de uma educação de qualidade. Muitos docentes não recebem formação específica para lidar com as particularidades desse público, o que compromete o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas. Nesse sentido, torna-se imprescindível investir em políticas de formação inicial e continuada que contemplem as especificidades da EJA, valorizando metodologias participativas, interdisciplinares e contextualizadas.

Portanto, a fundamentação teórica da EJA evidencia a necessidade de superação de uma visão assistencialista e compensatória, avançando para uma concepção de educação como direito



humano fundamental e como instrumento de emancipação social. Essa perspectiva exige o fortalecimento de políticas públicas consistentes, que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a qualidade da educação ofertada aos jovens e adultos no Brasil.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por compreender que a análise das políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) exige a interpretação de fenômenos sociais complexos, que não podem ser reduzidos a dados quantitativos isolados. Conforme destacam autores da área da pesquisa educacional, a abordagem qualitativa possibilita uma compreensão mais aprofundada das relações, significados e contextos que envolvem a realidade investigada, permitindo a construção de análises críticas sobre os limites e as potencialidades das políticas educacionais.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise de produções acadêmicas relevantes sobre a temática, incluindo livros, artigos científicos, dissertações e teses que discutem a EJA sob diferentes perspectivas, especialmente no que se refere às políticas públicas, à formação docente e à relação com o mundo do trabalho. Nesse sentido, o estudo apoia-se em referenciais teóricos críticos, com destaque para as contribuições de Paulo Freire, Miguel Arroyo e Moacir Gadotti, que oferecem subsídios para a compreensão da EJA como prática social e política.

A pesquisa documental, por sua vez, consiste na análise de documentos oficiais que orientam e regulamentam a EJA no Brasil, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), diretrizes curriculares nacionais e outros normativos e programas governamentais voltados à modalidade. Esses documentos foram selecionados por sua relevância normativa e por estabelecerem diretrizes fundamentais para a organização e implementação das políticas educacionais no país.



No que se refere aos procedimentos de análise, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin, que permite a sistematização e interpretação das informações a partir da categorização temática dos dados coletados. Dessa forma, os materiais analisados foram organizados em eixos temáticos, tais como: políticas públicas para a EJA, financiamento educacional, formação de professores e articulação com a educação profissional. Essa categorização possibilitou identificar padrões, contradições e lacunas nas políticas analisadas, contribuindo para uma reflexão crítica sobre sua efetividade.

Por fim, ressalta-se que a escolha metodológica adotada está alinhada aos objetivos da pesquisa, uma vez que possibilita não apenas descrever a realidade da EJA no Brasil, mas também problematizar suas condições de oferta, evidenciando os desafios enfrentados e apontando perspectivas para o fortalecimento dessa modalidade como política pública de caráter inclusivo e emancipador.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa evidenciam que as políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil apresentam fragilidades estruturais persistentes, que comprometem significativamente sua efetividade enquanto instrumento de inclusão educacional e social. Embora a modalidade esteja consolidada no plano legal, observa-se um descompasso entre a normatização e a realidade empírica, evidenciado por indicadores recentes produzidos por órgãos oficiais como o INEP e o IBGE.

Um dos aspectos mais críticos refere-se à redução contínua das matrículas na EJA. Dados do Censo Escolar indicam que essa modalidade vem apresentando queda sistemática desde 2018, alcançando aproximadamente 2,4 milhões de estudantes em 2024 (INEP, 2024). Entre 2020 e 2024, a redução foi de cerca de 20,4%, evidenciando um processo de esvaziamento progressivo. Além disso, no período de 2019 a 2023, a retração aproximada de 20,9% reforça essa tendência de diminuição da oferta e da procura. Esses dados revelam não apenas uma diminuição da demanda aparente, mas, sobretudo, a incapacidade das políticas públicas em garantir o acesso e, principalmente, a permanência dos estudantes nessa modalidade.



Paralelamente, observa-se que o público da EJA é majoritariamente composto por sujeitos em situação de vulnerabilidade social, o que reforça seu caráter estratégico para a redução das desigualdades. Dados indicam que estudantes autodeclarados pretos e pardos representam mais de 70% das matrículas na modalidade, evidenciando a forte relação entre exclusão educacional e desigualdade racial no Brasil. Ademais, uma parcela significativa dos estudantes possui menos de 40 anos, demonstrando que a EJA tem sido utilizada como alternativa para jovens que não conseguiram concluir a escolarização na idade adequada.

Outro dado alarmante refere-se ao contingente populacional que ainda não concluiu a educação básica. Estima-se que cerca de 65 milhões de brasileiros com mais de 25 anos não possuem escolaridade básica completa, o que evidencia a dimensão do desafio enfrentado pelas políticas públicas voltadas à EJA. Esse cenário reforça a importância estratégica da modalidade, ao mesmo tempo em que expõe a insuficiência das ações governamentais para atender essa demanda histórica.

No que se refere à permanência escolar, os dados indicam que fatores socioeconômicos exercem influência direta na trajetória dos estudantes da EJA. A necessidade de conciliar estudo e trabalho, associada à ausência de políticas de apoio, contribui para elevados índices de evasão. Além disso, observa-se que parte dos estudantes migra para a EJA após trajetórias marcadas por retenção e fracasso escolar no ensino regular, o que reforça o caráter compensatório ainda presente nessa modalidade.

Outro ponto crítico diz respeito à desarticulação entre a EJA e a educação profissional. Apesar das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) preverem a integração entre formação básica e qualificação profissional, essa articulação ainda se mostra incipiente na prática. Tal fragilidade compromete a função social da EJA, sobretudo no que se refere à inserção dos sujeitos no mundo do trabalho e à melhoria de suas condições socioeconômicas. Nesse sentido, autores como Miguel Arroyo e Moacir Gadotti apontam que a ausência de políticas integradas limita o potencial emancipador da educação de jovens e adultos.



Além disso, a formação docente configura-se como um dos principais desafios estruturais da EJA. Apesar da existência de diretrizes que orientam a formação de professores, observa-se que muitos profissionais atuam sem preparo específico para lidar com as singularidades desse público. Tal lacuna impacta diretamente a qualidade do ensino, uma vez que práticas pedagógicas descontextualizadas tendem a desconsiderar a realidade social dos educandos. Conforme a perspectiva de Paulo Freire, uma educação que não dialoga com a experiência do educando torna-se ineficaz e pouco significativa.

Diante desse conjunto de evidências, é possível afirmar que as fragilidades das políticas públicas para a EJA não são pontuais, mas estruturais, estando relacionadas à histórica marginalização dessa modalidade no âmbito das políticas educacionais brasileiras. A ausência de financiamento adequado, a descontinuidade de programas, a fragilidade na formação docente e a baixa integração com outras políticas sociais configuram um cenário que compromete a efetividade da EJA enquanto política de inclusão.

Nesse contexto, torna-se imprescindível repensar a EJA como política de Estado, com planejamento de longo prazo, financiamento contínuo e articulação intersetorial. Somente por meio de ações estruturadas será possível reverter o quadro atual e garantir que a EJA cumpra seu papel na promoção da equidade, da cidadania e da justiça social no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa evidenciam que as políticas públicas voltadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil apresentam fragilidades estruturais persistentes, que comprometem significativamente sua efetividade enquanto instrumento de inclusão educacional e social. Embora a modalidade esteja consolidada no plano legal, especialmente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), observa-se um descompasso entre a normatização e a realidade empírica, evidenciado por indicadores recentes produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Um dos aspectos mais críticos refere-se à redução contínua das matrículas na EJA. Dados do Censo Escolar indicam que essa modalidade vem apresentando queda sistemática desde 2018, alcançando aproximadamente 2,4 milhões de estudantes em 2024 (INEP, 2024). Entre 2020 e 2024, a redução foi de cerca de 20,4%, evidenciando um processo de esvaziamento progressivo da modalidade. Ademais, no período de 2019 a 2023, a retração chegou a aproximadamente 20,9%, reforçando a tendência de diminuição da oferta e da procura. Esses dados revelam não apenas uma aparente redução da demanda, mas, sobretudo, a incapacidade das políticas públicas em garantir o acesso, a permanência e a atratividade da EJA no contexto educacional brasileiro.

Paralelamente, observa-se que o público da EJA é majoritariamente composto por sujeitos em situação de vulnerabilidade social, o que reforça seu caráter estratégico na redução das desigualdades educacionais e sociais. Dados indicam que estudantes autodeclarados pretos e pardos representam mais de 70% das matrículas na modalidade (INEP, 2023), evidenciando a estreita relação entre exclusão educacional e desigualdade racial no Brasil. Além disso, uma parcela significativa dos estudantes possui menos de 40 anos, demonstrando que a EJA vem sendo utilizada como alternativa para jovens que não conseguiram concluir a escolarização na idade adequada, o que reforça o caráter ainda compensatório dessa modalidade.

Outro dado alarmante refere-se ao contingente populacional que não concluiu a educação básica. Segundo o IBGE (2023), cerca de 65 milhões de brasileiros com mais de 25 anos não possuem escolaridade básica completa, o que evidencia a magnitude do desafio enfrentado pelas políticas públicas voltadas à EJA. Esse cenário reforça a relevância estratégica da modalidade, ao mesmo tempo em que expõe a insuficiência das ações governamentais para atender essa demanda histórica de forma efetiva.

No que se refere à permanência escolar, os dados indicam que fatores socioeconômicos exercem influência direta na trajetória dos estudantes da EJA. A necessidade de conciliar estudo e trabalho, associada à ausência de políticas de assistência estudantil, contribui significativamente para os elevados índices de evasão. Além disso, observa-se que muitos estudantes ingressam na EJA após trajetórias marcadas por retenção, fracasso e exclusão no ensino regular, o que reforça a

persistência de uma lógica compensatória, historicamente atribuída a essa modalidade (ARROYO, 2017).

Outro ponto crítico diz respeito à desarticulação entre a EJA e a educação profissional. Apesar das diretrizes do Plano Nacional de Educação preverem a integração entre formação básica e qualificação profissional, essa articulação ainda se apresenta incipiente e fragmentada na prática. Tal limitação compromete a função social da EJA, sobretudo no que se refere à inserção qualificada dos sujeitos no mundo do trabalho e à melhoria de suas condições socioeconômicas. Nesse sentido, Miguel Arroyo e Moacir Gadotti apontam que a ausência de políticas integradas reduz o potencial emancipador da educação de jovens e adultos, restringindo suas possibilidades de transformação social.

Além disso, a formação docente configura-se como um dos principais desafios estruturais da EJA. Embora existam diretrizes que orientam a formação de professores, observa-se que muitos profissionais atuam sem preparo específico para lidar com as singularidades desse público. Tal lacuna impacta diretamente a qualidade do ensino, uma vez que práticas pedagógicas descontextualizadas tendem a desconsiderar a realidade social dos educandos. Conforme a perspectiva de Paulo Freire (1996), uma educação que não dialoga com a experiência concreta dos sujeitos torna-se limitada em seu potencial formativo e transformador.

Diante desse conjunto de evidências, é possível afirmar que as fragilidades das políticas públicas para a EJA não são pontuais, mas estruturais, estando relacionadas à histórica marginalização dessa modalidade no âmbito das políticas educacionais brasileiras. A insuficiência de financiamento, a descontinuidade de programas, a fragilidade na formação docente e a baixa articulação com outras políticas sociais configuram um cenário que compromete a efetividade da EJA enquanto política pública de inclusão.

Nesse contexto, torna-se imprescindível repensar a EJA como política de Estado, com planejamento de longo prazo, financiamento contínuo e articulação intersetorial. Somente por meio de ações estruturadas, integradas e sustentáveis será possível reverter o quadro atual e garantir que a EJA cumpra seu papel na promoção da equidade, da cidadania e da justiça social



REVISTA CIENTÍFICA
**Iara Christian
University**

no Brasil.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico.** Brasília: INEP, 2024.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira.** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo Freire. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ARROYO, Miguel Arroyo. **Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GADOTTI, Moacir Gadotti. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta.** São Paulo: Cortez, 2000.



REVISTA CIENTÍFICA
**Iara Christian
University**